

MERCADO DE TRABALHO

Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – Resultados da PNAD Contínua em 2020

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.carvalho@ipea.gov.br

Divulgado em 08 de abril de 2021.

Sumário

Os impactos imediatos da pandemia sobre os rendimentos, bem como o impacto do auxílio emergencial, foram analisados anteriormente com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. Tal descolamento também é observado na PNAD Contínua, devendo-se considerar com mais atenção a renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos em 2020. Ao longo do ano, de acordo com a PNAD Contínua, os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,6% no trimestre móvel entre maio e julho, tendo desacelerado após o terceiro trimestre.

Em contraste, a partir do trimestre móvel iniciado em abril, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. Entretanto, nos trimestres móveis terminados em dezembro e janeiro, a renda efetiva voltou a apresentar uma queda de 1% e 2,4%, respectivamente, sinalizando possivelmente um recrudescimento do impacto causado pela pandemia.

Esse padrão se repetiu para trabalhadores com diferentes tipos de vínculo e grupos demográficos, mas os trabalhadores mais atingidos pela pandemia foram os que trabalham por conta própria. Enquanto suas rendas habituais cresceram 5,2% no segundo trimestre, a renda efetiva caiu 17,2%, fazendo com que eles tivessem recebido apenas 76% da renda habitual nesse trimestre. Mesmo no quarto trimestre os trabalhadores por conta própria recebiam somente 90% da renda habitual.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar do relativo aumento dos rendimentos habituais médios observado nos últimos meses, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. No trimestre móvel terminado em janeiro de 2021, a queda da massa de rendimentos habituais foi de 6,9% (somando R\$ 211,4 bilhões) e a queda da massa efetiva foi de 11,1%, em comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 228,4 bilhões.

Outro importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 25% no primeiro trimestre para 31,5% no segundo. No quarto trimestre, essa proporção caiu um pouco,

para 29%, reforçando como tem sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. Houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda mais baixa e uma diminuição da proporção nas demais faixas. Detecta-se a queda generalizada dos rendimentos domiciliares efetivos, que, assim como a renda habitual, tiveram o pior desempenho na faixa de renda alta.

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos. Também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas – durante 2020, mantiveram-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, que alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e entre os informais do setor público (72%). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostra diferenças significativas.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente pelo maior afastamento do trabalho devido à pandemia. É possível detectar um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre, o afastamento da ocupação atinge 16,26% dos trabalhadores, afetando mais de 13,5 milhões. No quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais; contudo, o principal motivo do afastamento é ainda a pandemia.

1 Renda média e massa salarial

A pandemia da Covid-19 causou profundos impactos no mercado de trabalho, especialmente no nível de ocupação, mas afetou também os rendimentos do trabalho e as horas trabalhadas daqueles que permaneceram ocupados. Os impactos imediatos sobre os rendimentos, bem como o impacto do auxílio emergencial, foram analisados anteriormente com os dados da PNAD Covid-19,¹ que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. Tal descolamento também é observado na PNAD Contínua, devendo-se considerar com mais atenção a renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos ao longo de 2020.

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram um aumento de 0,8% no primeiro trimestre de 2020 em comparação com o mesmo trimestre de 2019, e um crescimento de quase 1,1% em relação ao trimestre anterior (quarto trimestre de 2019). Entretanto, com o agravamento da pandemia e o aumento das políticas de distanciamento social, os rendimentos habituais apresentaram um crescimento

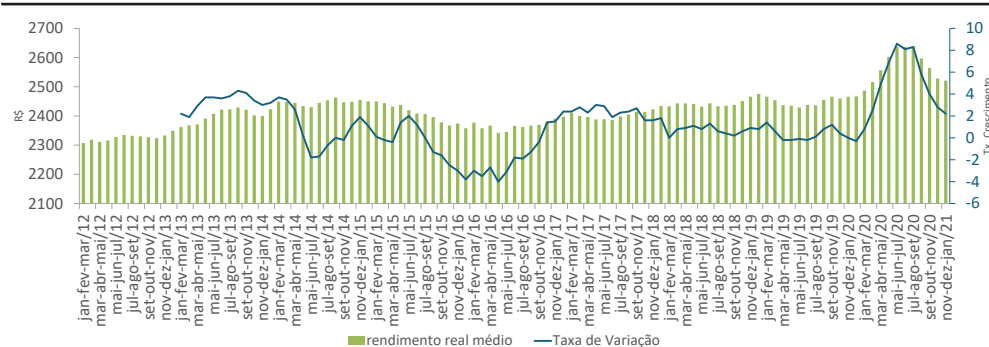
1. Mais informações disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf>, <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724_cc48_mt_final.pdf>, <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200928_mt_cc48_agosto.pdf> e <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/os-efeitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-novembro/>>.

acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,6% no trimestre móvel entre maio e julho, tendo desacelerado após o terceiro trimestre, mas ainda assim exibindo um crescimento de 2,8% no quarto trimestre de 2020.

Tal resultado é gerado por um efeito composição advindo de duas fontes. Primeiro, essa elevação da renda habitual média se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou nas mais mal remuneradas, nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além de empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Da mesma maneira, deve-se ter em mente que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. E, com esses impactos não sendo aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.²

Por sua vez, à medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho,³ o rendimento habitual médio foi se reduzindo, saindo de um pico de R\$ 2.638 no trimestre móvel encerrado em setembro para R\$ 2.521 no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2021, como mostra o gráfico 1.

GRÁFICO 1
Rendimento habitual médio – valor absoluto e taxa de variação interanual



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

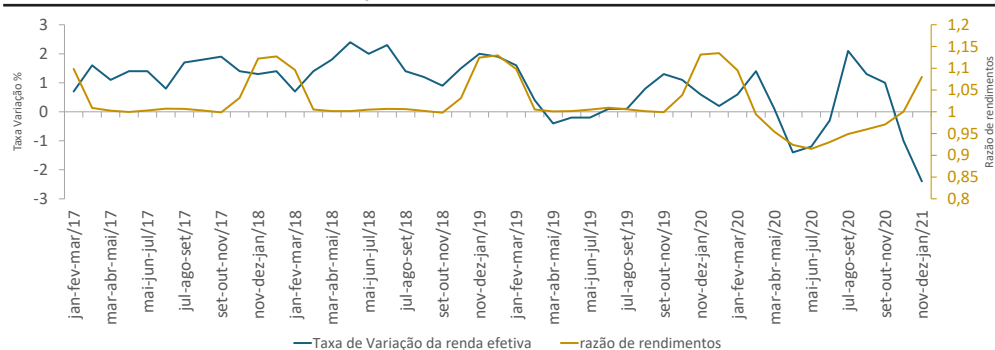
A análise da renda efetiva média, contudo, aponta um quadro bastante distinto. No gráfico 2, mostram-se a taxa de variação interanual do rendimento efetivo médio e a razão de rendimentos entre a renda efetiva e a habitual entre 2017 e 2020. O crescimento da renda efetiva interanual entre 2017 e 2019 seguia de perto o crescimento da renda habitual, oscilando em torno de 1%. A partir do trimestre móvel iniciado em abril, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. Entretanto, nos trimestres móveis terminados em dezembro e janeiro, a renda efetiva voltou a mostrar uma queda de 1% e 2,4%, respectivamente, sinalizando possivelmente um recrudescimento do impacto causado pela pandemia.

2. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>>.

3. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>>.

GRÁFICO 2

Rendimento efetivo médio – taxa de variação interanual e razão de rendimentos



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

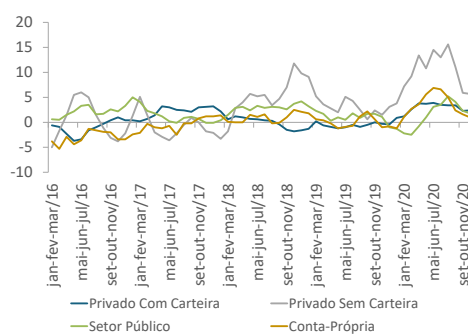
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Da mesma forma, esse impacto se reflete na razão de rendimentos entre as rendas efetivas e as habituais. Como mostra o gráfico 2, a média dessas duas rendas é muito próxima, exceto nos trimestres em torno de dezembro e janeiro, quando a renda efetiva se mostra cerca de 12% a 13% maior que a habitual. Com a pandemia, essa estabilidade da razão de rendimentos se rompeu, e, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a renda efetiva alcançara somente 91,5% da habitual no trimestre terminado em julho. Após esse mês, a defasagem na razão de rendimentos diminuiu, mostrando uma lenta recuperação do mercado de trabalho. No trimestre terminado em dezembro, porém, a renda efetiva era virtualmente igual à habitual, enquanto normalmente deveria ser cerca de 4% maior; em janeiro, foi 8% maior que a habitual, enquanto normalmente seria em torno de 13% superior, indicando também uma nova deterioração dos rendimentos do trabalho com o início da segunda onda da Covid-19 no Brasil.

Evidências adicionais do fenômeno analisado anteriormente são apresentadas no gráfico 3. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público foram os únicos que apresentaram decréscimo real de rendimentos habituais médios no início da pandemia (até o trimestre móvel terminado em maio), e esse foi justamente o único tipo de vínculo em que a população ocupada (PO) cresceu durante esse período. O maior crescimento da renda habitual foi o dos trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram um aumento de até 15,6% na comparação interanual (trimestre móvel terminado em setembro). Os rendimentos habituais médios dos trabalhadores por conta própria também subiram significativamente, seguidos em menor medida dos trabalhadores privados com carteira.

GRÁFICO 3

Rendimento habitual médio real – por tipo de vínculo – taxa de variação interanual (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



Esse padrão reforça a noção de que, no início da pandemia, os trabalhadores mais vulneráveis se ausentaram do mercado de trabalho, causando, por meio do efeito composição, o forte aumento da renda habitual dos trabalhadores privados sem carteira e por conta própria. Em contrapartida, os trabalhadores com maior grau de estabilidade e segurança, notadamente aqueles do setor público, foram os que tiveram queda em sua renda habitual no início da pandemia e posteriormente menor crescimento.

Na tabela 1, mostram-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e da habitual, bem como a razão de rendimentos para 2020. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram suas rendas mais afetadas. Enquanto para esses trabalhadores a renda habitual crescera 5,6% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 17,2%. Com isso, conforme indica o painel C da tabela 1, os trabalhadores por conta própria receberam somente 76% do habitual, sendo que recebiam ainda apenas 90% no último trimestre de 2020. Os trabalhadores privados sem carteira, por sua vez, receberam 87% da renda habitual no segundo trimestre.

A tabela 1 confirma também a queda da renda efetiva no quarto trimestre de 2020, tendo ela caído inclusive entre os trabalhadores com carteira (-1,4%) e do setor público (-0,2%), o que não havia ocorrido nos trimestres anteriores.

TABELA 1

Taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, e razão de rendimentos – por tipo de vínculo – taxa de variação interanual (2020)

(Em %)

	Privado com carteira	Privado sem carteira	Setor público	Conta própria
Painel A: crescimento interanual da renda habitual				
2020.1	1,2	7,2	-2,2	1,1
2020.2	3,7	10,8	1,0	5,6
2020.3	3,4	15,6	5,2	5,0
2020.4	2,4	5,7	1,8	1,0
Painel B: crescimento interanual da renda efetiva				
2020.1	0,2	5,3	-1,6	1,1
2020.2	0,5	-2,0	0,2	-17,2
2020.3	0,6	4,2	3,3	-10,3
2020.4	-1,4	1,4	-0,2	-6,7
Painel C: razão de rendimentos				
2020.1	1,18	1,00	1,17	0,96
2020.2	1,00	0,87	1,01	0,76
2020.3	1,00	0,90	1,03	0,83
2020.4	1,05	0,96	1,05	0,90

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que o padrão já observado também é notado independentemente do grupo analisado, conforme detalha a tabela 2, que mostra o crescimento interanual dos rendimentos médios efetivos e habituais em 2020 para diferentes grupos demográficos. De forma geral, os rendimentos habituais cresceram consideravelmente no segundo e terceiro trimestres, e apresentaram um menor crescimento (e em alguns casos uma queda) no quarto trimestre. Em contraste, os rendimentos efetivos registraram

quedas quase generalizadas após o primeiro trimestre, tendo ainda apresentado, em muitos casos, uma deterioração no quarto trimestre.



Em termos regionais, a renda efetiva manteve-se em queda após o primeiro trimestre no Nordeste, enquanto no Centro-Oeste e no Sul mostrou uma recuperação após uma maior queda no início da pandemia no segundo trimestre. Na região Sudeste, houve uma recuperação da renda no terceiro trimestre (crescimento de 3,8%), mas com uma nova queda no último trimestre de 2020 (-1,3%). Destaque positivo foi a região Norte, que manteve um crescimento da renda efetiva ao longo de ano inteiro. O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres se recuperaram de forma mais rápida, enquanto os dos homens apresentaram uma queda de 2,65% no quarto trimestre.

O detalhamento por idade indica que a renda dos jovens adultos (de 25 a 39 anos) foi a mais atingida pela pandemia, com queda nos seus rendimentos efetivos reais médios após o primeiro trimestre, alcançando -3,9% no quarto trimestre. Destaca-se ainda o melhor resultado dos rendimentos dos ocupados entre 14 e 24 anos, que apresentaram queda na renda apenas no último trimestre. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, ao longo de 2020, as quedas da renda efetiva foram generalizadas, tendo apenas sido menos intensas entre os trabalhadores com ensino fundamental após o segundo trimestre.

TABELA 2
Crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo – taxa de variação interanual (2020)
(Em %)

	Renda habitual 2020				Renda efetiva 2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Centro-Oeste	-3,3	2,6	6,8	2,6	-4,45	-3,19	3,14	0,98
Nordeste	0,4	7,0	5,3	0,1	1,26	-1,29	-0,73	-1,97
Norte	0,3	12,7	4,3	1,5	1,24	5,67	0,89	0,52
Sudeste	2,7	7,8	10,9	4,0	1,69	-1,96	3,80	-1,30
Sul	-1,9	3,2	4,5	3,0	-0,93	-2,54	-1,26	0,01
Masculino	1,6	6,3	6,5	1,4	1,84	-1,60	0,37	-2,65
Feminino	-0,3	7,4	10,8	4,7	-1,40	-1,39	4,59	1,38
14 a 24 anos	1,8	5,8	5,9	0,7	1,86	0,34	1,34	-2,81
25 a 39 anos	0,4	4,9	3,4	-1,4	0,09	-1,64	-1,51	-3,86
40 a 59 anos	1,0	4,4	7,3	2,5	0,60	-4,35	1,36	-1,31
60 anos ou mais	-2,3	9,8	16,6	5,8	-2,07	-2,31	5,19	-1,66
Não chefe de família	1,9	6,0	7,2	0,8	1,33	-1,13	1,63	-2,62
Chefe de família	0,5	7,2	8,7	4,0	0,47	-1,94	2,15	-0,04
Fundamental incompleto	0,5	3,4	4,2	2,1	1,48	-6,47	-2,34	-1,94
Fundamental completo	-2,7	4,0	3,5	1,9	-2,96	-7,42	-2,86	-1,89
Médio incompleto	-2,1	4,8	3,9	-1,5	-1,00	-5,22	-2,33	-5,43
Médio completo	-1,5	1,5	1,0	-3,5	-2,21	-7,36	-4,84	-7,27
Superior	-0,8	0,5	2,1	-3,8	-1,31	-6,31	-3,67	-7,28
Região metropolitana	0,4	7,8	8,6	1,8	-0,28	-0,96	1,14	-2,37
Não região metropolitana	1,3	6,5	8,5	4,6	1,54	-1,24	3,83	1,26

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar do relativo aumento dos rendimentos habituais médios observado nos últimos meses, a forte queda da PO causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual, resultado

que é o oposto do observado em 2019, quando o aumento da PO elevava a massa salarial apesar da estagnação da renda média. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,8%. Desde então, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,5% no último trimestre de 2020 (somando R\$ 212,4 bilhões, valor R\$ 15 bilhões menor que no ano anterior). No trimestre móvel terminado em janeiro de 2021, a queda da massa de rendimentos habituais foi de 6,9% (somando R\$ 211,4 bilhões). Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,3% no trimestre móvel terminado em julho. No último trimestre de 2020, a queda foi de 10% (alcançando a soma de R\$ 212,5 bilhões, valor R\$ 23 bilhões menor que no ano anterior). Em janeiro, a queda da massa efetiva foi de 11,1% em comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 228,4 bilhões.

A sustentação da massa salarial habitual em 2019 vinha ocorrendo principalmente pelos trabalhadores informais e por conta própria, cujas massas, na comparação interanual, cresceram 5,3% e 2,8% no primeiro trimestre de 2020, respectivamente. Entretanto, foram esses trabalhadores que exibiram as piores quedas da massa salarial após o início da pandemia. Os trabalhadores sem carteira apresentaram quedas de 14,3%, 13,7% e 12,9% no segundo, terceiro e quarto trimestres, respectivamente, enquanto para os conta própria as perdas foram de 5,7%, 7,1% e 4,5%, respectivamente.

2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, é comum deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se levam em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No apêndice B, detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 3, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice A. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual, o que reflete a maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas; enquanto isso, foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 4, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculada de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho em 2020. O que mais chama a atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do

trabalho devido à pandemia, que saltou de 25% no primeiro trimestre para 31,5% no segundo. No quarto trimestre, essa proporção caiu um pouco, para 29%, reforçando como tem sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. Houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda mais baixa e uma diminuição da proporção nas demais faixas. No painel B, mostra-se a queda generalizada dos rendimentos domiciliares efetivos – porém, assim como a renda habitual, o desempenho foi pior na faixa de renda alta.

TABELA 3
Rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda (taxa de variação interanual)
(Em %)¹

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-3,78	0,35	0,50	-0,28	0,93	1,19
2016.2	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
2016.3	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
2016.4	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	2,75
2017.1	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-0,25
2017.2	4,68	2,50	-0,73	-0,80	1,77	10,22
2017.3	5,89	2,92	-0,94	-0,40	1,87	13,05
2017.4	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,68
2018.1	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	3,00
2018.2	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	-4,00
2018.3	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3,00	-1,96
2018.4	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	-3,61
2019.1	0,10	0,44	2,37	5,28	2,98	2,48
2019.2	-1,43	-0,43	0,87	3,03	1,95	1,52
2019.3	-0,34	0,43	2,00	4,32	2,87	-0,66
2019.4	-1,95	-1,19	-1,18	-1,97	-2,01	-1,45
2020.1	-0,80	1,18	1,70	-0,95	-1,01	-3,05
2020.2	3,57	-0,62	-0,12	0,09	-0,89	-2,69
2020.3	3,25	-1,17	-1,41	-1,45	-0,22	-0,51
2020.4	0,63	0,26	0,37	-1,55	-1,16	-7,44

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota 1: Deflacionado pelo Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda.

TABELA 4
PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (2020)
(Em %)

	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
Painel A: proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva							
2020.1	25,09	25,84	12,31	15,04	13,47	5,57	2,69
2020.2	31,56	27,5	10,03	14,12	10,66	4,21	1,92
2020.3	31,24	27,64	10,2	14,12	10,36	4,36	2,09
2020.4	29,01	26,72	11,94	14,1	11,23	4,72	2,27
Painel B: crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho							
2020.1	-	-2,30	-0,04	0,46	-1,79	-1,48	-4,61
2020.2	-	-0,79	-1,93	-1,89	-1,16	-2,16	-5,59
2020.3	-	0,53	-1,95	-2,28	-2,23	-1,37	-3,45
2020.4	-	-1,10	-0,36	-0,28	-1,99	-2,23	-9,00

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

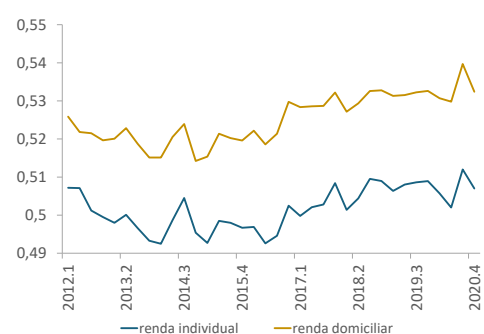
O gráfico 4 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habituais. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,514 no quarto trimestre de 2014 para 0,533 no quarto trimestre de 2019. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,495 para 0,509. Entretanto, com a pande-

mia, a desigualdade deu um novo salto no terceiro trimestre, atingindo 0,512 para a renda individual e 0,54 para a renda domiciliar, tendo apresentado um recuo no quarto trimestre. Analisando a desigualdade de acordo com a renda efetiva, a trajetória é semelhante, sendo que o aumento durante a pandemia já se observa no segundo trimestre.

De forma mais concreta, no quarto trimestre de 2020, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (apêndice B) era 28 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor menor que no mesmo trimestre do ano anterior (30,3), o que reflete a maior queda da renda entre os domicílios de renda alta.

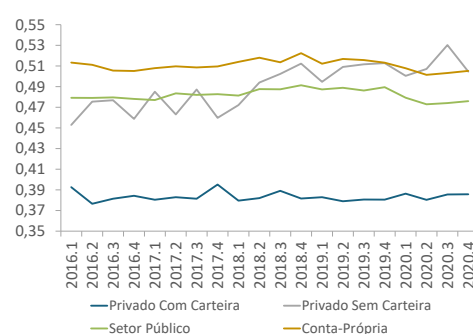
Os dados do gráfico 5 mostram que os índices de Gini por tipo de vínculo revelam que a trajetória do Gini durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira, com o índice para esse grupo saltando de 0,50 no primeiro trimestre de 2020 para 0,53 no terceiro trimestre, o que reflete a maior dificuldade de os trabalhadores mais vulneráveis desse grupo permanecerem no mercado de trabalho ao longo da pandemia. Os demais tipos de vínculo apresentaram relativa estabilidade ao longo de 2020.

GRÁFICO 4
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 5
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – por tipo de vínculo (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Horas trabalhadas e afastamento do trabalho

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos. Também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. Assim como no caso da renda, a relação entre as horas habitualmente trabalhadas e as efetivamente trabalhadas é bastante estável. As horas habitualmente trabalhadas têm, nos últimos anos, oscilado em torno de 39,5 horas semanais, e as efetivamente trabalhadas situam-se em torno de 38 horas semanais (cerca de 96% das horas habituais), exceto no primeiro trimestre, quando a proporção de trabalhadores afastados por férias é maior (tabela A.4 no apêndice A) e, portanto, a média das horas efetivamente trabalhadas é um pouco menor.

A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas, que, durante 2020, mantiveram-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, conforme se nota na tabela 5, que mostra a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo para 2019 e 2020. A tabela revela que, no segundo trimestre de 2020, as horas efetivas alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e entre os informais do setor público (72%). No terceiro trimestre, já se observa uma recuperação das horas efetivas, que atingiram 92% das habituais (ou 36,2 horas). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostra diferenças significativas. A tabela A.3 no apêndice A expõe a razão entre as horas efetivas e habituais para diferentes grupos demográficos.

TABELA 5
Razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo (2019-2020)
(Em %)

	2019				2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Brasil	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,78	0,92	0,95
Com carteira privado	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95
Sem carteira privado	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,78	0,94	0,96
Estatutário/militar	0,89	0,95	0,94	0,94	0,84	0,75	0,89	0,92
Público CLT	0,90	0,94	0,93	0,94	0,83	0,76	0,89	0,93
Público informal	0,92	0,96	0,96	0,95	0,85	0,72	0,89	0,92
Empregador	0,95	0,97	0,98	0,97	0,90	0,77	0,92	0,96
Conta própria	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,73	0,90	0,94

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
Obs.: CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente pelo maior afastamento do trabalho devido à pandemia. Se considerarmos apenas os ocupados que não estavam afastados, a razão entre as horas efetivas e habitualmente trabalhadas seria, no segundo trimestre de 2020, de 91,8%, valor significativamente menor que os 97,9% observados para o mesmo grupo no ano anterior, porém uma diferença bastante menos pronunciada que a observada na tabela 5. A tabela 6 mostra a proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo em 2019 e 2020.

A tabela já detecta um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre, o afastamento da ocupação atinge 16,26% dos trabalhadores, afetando mais de 13,5 milhões. Além do setor público, foram os trabalhadores por conta própria e os empregados privados sem carteira os mais atingidos. No quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, contudo, como mostra a tabela A.4 no apêndice A, que reporta o motivo do afastamento, é ainda a pandemia a maior causa do afastamento do trabalho. Enquanto no quarto trimestre de 2019 o maior motivo do afastamento eram as férias, essa posição, um ano depois, era ocupada por outros motivos, e, portanto, pela pandemia, de acordo com a PNAD Contínua.

TABELA 6

Proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo (2019-2020)

(Em %)

	2019				2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Brasil	3,9	2,06	2,57	2,55	6,7	16,26	4,26	2,79
Privado com carteira	4,09	2,56	3,09	3,03	6,53	14,89	4,65	3,29
Privado sem carteira	2,27	1,33	1,32	1,67	5,19	17,2	3,1	1,69
Estatuário/militar	9,24	3,49	5,74	4,85	12,8	20,49	8,02	5,48
Público CLT	7,67	2,48	5,87	4,74	12,63	17,27	5,53	3,4
Público sem carteira	6,73	2,02	4,08	3,49	11,57	24,81	7,39	4,47
Empregador	2,62	1,04	1,26	1,66	5,87	12,28	2,06	1,65
Conta própria	3,05	1,73	1,79	1,88	5,78	17,13	3,31	2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

4 Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua revelaram que, no quarto trimestre de 2020, as horas efetivamente trabalhadas e a proporção de afastados do trabalho já haviam amplamente retornado aos valores observados antes da pandemia. Contudo, a mesma recuperação não foi observada nos rendimentos. Mesmo que a diferença entre a renda efetiva e a renda habitual do trabalho não fosse tão substancial quanto fora no segundo trimestre, a razão de rendimentos no último trimestre de 2020 ainda estava consideravelmente abaixo da observada no mesmo trimestre de 2019.

Os dados de rendimentos e horas trabalhadas da PNAD Contínua apresentam, em linhas gerais, o mesmo quadro da PNAD Covid-19: um forte impacto inicial da pandemia e uma lenta recuperação que ainda se encontrava incompleta (especialmente se considerarmos também as informações sobre o nível de ocupação) ao final do ano, quando o país foi atingido pelo início da segunda onda da Covid-19. De fato, muitos grupos apresentaram uma queda dos rendimentos efetivos no quarto trimestre de 2020, sinalizando potenciais efeitos do início da segunda onda no país, impactos que poderão ser mais bem compreendidos quando dados do primeiro trimestre de 2021 forem divulgados.

Apêndice A



TABELA A.1

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda
(Em R\$ de nov./2020)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	996,43	2.149,82	3.330,54	5.832,10	11.517,90	28.524,83
2012.2	991,68	2.150,06	3.349,18	5.839,35	11.533,31	28.295,62
2012.3	991,11	2.127,70	3.321,94	5.820,23	11.472,46	29.041,87
2012.4	995,20	2.119,03	3.292,13	5.797,55	11.597,10	29.041,37
2013.1	993,78	2.125,70	3.320,16	5.778,39	11.527,13	28.809,24
2013.2	991,18	2.118,80	3.308,50	5.762,71	11.473,07	29.612,19
2013.3	998,25	2.105,68	3.293,71	5.731,75	11.435,75	28.503,01
2013.4	984,94	2.082,58	3.275,98	5.747,86	11.399,56	27.814,42
2014.1	1054,25	2.182,49	3.395,86	6.006,99	11.856,79	28.799,27
2014.2	1013,85	2.154,49	3.352,94	5.930,04	11.712,25	29.032,83
2014.3	996,39	2.140,91	3.335,17	5.903,32	11.660,32	28.658,46
2014.4	1015,98	2.120,74	3.316,69	5.901,53	11.656,64	28.120,59
2015.1	1011,18	2.094,77	3.288,85	5.853,81	11.460,38	28.468,65
2015.2	1000,27	2.088,21	3.249,75	5.832,35	11.592,78	29.260,69
2015.3	994,83	2.142,79	3.330,10	5.781,20	11.488,22	28.665,82
2015.4	969,25	2.104,78	3.289,03	5.733,89	11.372,95	28.470,55
2016.1	972,99	2.102,12	3.305,42	5.837,27	11.566,42	28.808,08
2016.2	962,58	2.076,96	3.286,50	5.813,06	11.550,38	28.126,12
2016.3	950,55	2.073,30	3.294,91	5.767,63	11.500,63	27.239,86
2016.4	947,70	2.072,03	3.298,43	5.799,23	11.450,01	29.254,67
2017.1	954,78	2.070,16	3.277,66	5.760,02	11.371,18	28.735,00
2017.2	1.007,61	2.128,84	3.262,65	5.766,37	11.754,40	30.999,24
2017.3	1.006,56	2.133,81	3.263,93	5.744,71	11.715,83	30.793,74
2017.4	1.003,75	2.118,92	3.269,04	5.764,01	11.661,28	31.501,04
2018.1	1.005,62	2.138,84	3.275,79	5.737,38	11.523,51	29.597,73
2018.2	1.004,34	2.130,68	3.281,83	5.768,60	11.528,10	29.758,70
2018.3	987,11	2.104,62	3.252,38	5.731,53	11.364,60	30.191,28
2018.4	10.06,49	2.128,47	3.338,52	6.048,90	11.931,41	30.364,13
2019.1	10.06,63	2.148,32	3.353,34	6.040,43	11.867,04	30.331,59
2019.2	989,99	2.121,55	3.310,39	5.943,45	11.753,42	30.210,01
2019.3	983,77	2.113,59	3.317,33	5.979,10	11.691,07	29.991,13
2019.4	986,83	2.103,24	3.299,05	5.929,77	11.691,22	29.924,59
2020.1	998,6	2.173,6	3.410,2	5.983,3	11.747,5	29.407,7
2020.2	1.025,283	2.108,343	3.306,565	5.948,809	11.649,35	29.397,27
2020.3	1.015,783	2.088,903	3.270,41	5.892,392	11.665,09	29.838,89
2020.4	993,0152	2.108,803	3.311,132	5.837,746	11.555,59	27.697,51

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em R\$ de nov./2020)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	838,6	1.312,6	1.669,4	2.643,6	5.221,1	13.306,1
2012.2	838,0	1.323,9	1.681,6	2.646,6	5.295,2	13.014,6
2012.3	842,9	1.310,6	1.672,3	2.638,6	5.235,8	13.442,9
2012.4	845,5	1.298,6	1.681,4	2.656,9	5.291,7	13.401,8
2013.1	851,4	1.328,3	1.712,5	2.675,9	5.351,0	13.575,3
2013.2	850,7	1.336,3	1.714,9	2.653,1	5.300,5	13.867,8
2013.3	858,2	1.329,2	1.717,7	2.647,8	5.252,0	13.460,0
2013.4	844,8	1.324,5	1.724,7	2.668,7	5.214,1	13.065,2
2014.1	914,1	1.354,4	1.819,0	2.721,6	5.414,5	13.547,7
2014.2	866,9	1.339,3	1.803,5	2.691,3	5.372,5	13.651,7
2014.3	843,8	1.338,0	1.787,4	2.692,8	5.329,4	13.698,4
2014.4	872,3	1.338,2	1.773,7	2.712,0	5.397,1	13.461,5
2015.1	879,3	1.343,0	1.780,3	2.706,3	5.414,2	13.792,6
2015.2	869,3	1.298,8	1.765,7	2.722,3	5.451,2	14.375,2
2015.3	858,3	1.396,6	1.716,5	2.721,3	5.453,8	14.075,7
2015.4	830,1	1.371,0	1.698,0	2.687,3	5.379,4	13.896,6
2016.1	837,6	1.367,0	1.744,3	2.743,4	5.548,0	13.954,4
2016.2	824,0	1.355,8	1.729,3	2.730,3	5.551,8	13.567,3
2016.3	820,9	1.356,3	1.743,8	2.704,2	5.529,7	13.544,0
2016.4	816,9	1.358,0	1.744,7	2.730,3	5.460,2	13.629,4
2017.1	831,6	1.387,0	1.741,2	2.731,3	5.464,5	13.722,3
2017.2	871,9	1.340,4	1.726,0	2.721,2	5.707,4	14.215,5
2017.3	871,5	1.330,7	1.729,6	2.711,9	5.648,6	14.260,0
2017.4	864,1	1.327,8	1.724,9	2.711,2	5.646,9	14.491,3
2018.1	871,1	1.358,8	1.742,1	2.736,3	5.608,9	14.148,5
2018.2	863,3	1.356,0	1.746,0	2.739,9	5.685,9	14.238,4
2018.3	845,8	1.329,2	1.719,1	2.726,1	5.572,5	14.690,1
2018.4	860,0	1.325,7	1.796,4	2.832,3	5.640,7	14.650,1
2019.1	866,4	1.354,7	1.812,2	2.837,1	5.704,9	14.827,7
2019.2	845,2	1.325,7	1.780,6	2.762,2	5.621,5	14.860,0
2019.3	840,0	1.323,5	1.780,8	2.780,3	5.625,0	14.674,9
2019.4	843,2	1.318,7	1.777,6	2.758,6	5.546,9	14.884,9
2020.1	860,7	1.425,1	1.801,3	2.814,5	5.641,8	14.760,6
2020.2	913,0	1.418,1	1.904,8	2.938,4	5.843,4	14.992,2
2020.3	902,9	1.407,1	1.889,3	2.906,2	5.970,7	15.068,1
2020.4	869,3	1.439,9	1.814,3	2.830,7	5.737,2	14.112,4

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



TABELA A.3

PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por grupo demográfico (2019-2020)
(Em %)

	2019				2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Centro-Oeste	0,94	0,96	0,97	0,96	0,92	0,84	0,93	0,96
Nordeste	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,75	0,92	0,95
Norte	0,96	0,97	0,97	0,97	0,93	0,78	0,93	0,95
Sudeste	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,76	0,91	0,94
Sul	0,94	0,97	0,97	0,96	0,90	0,83	0,92	0,95
Masculino	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95
Feminino	0,93	0,95	0,96	0,96	0,88	0,73	0,90	0,93
14 a 24 anos	0,96	0,97	0,98	0,97	0,92	0,80	0,94	0,96
25 a 39 anos	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95
40 a 59 anos	0,93	0,96	0,96	0,96	0,89	0,77	0,91	0,94
60 anos ou mais	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,68	0,88	0,92
Não chefe de família	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,78	0,92	0,95
Chefe de família	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,77	0,91	0,94
Fundamental incompleto	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,79	0,92	0,95
Fundamental completo	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,77	0,91	0,94
Médio incompleto	0,95	0,96	0,97	0,97	0,92	0,78	0,92	0,96
Médio completo	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,77	0,92	0,95
Superior	0,92	0,96	0,96	0,95	0,87	0,77	0,92	0,94
Região metropolitana	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,75	0,91	0,95
Não região metropolitana	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

PNAD Contínua: motivo do afastamento do trabalho (2019-2020)

(Em %)

	2019				2020			
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Férias, folga ou jornada de trabalho variável	63,38	31,87	45,36	50,27	43,06	7,91	7,93	15,66
Licença maternidade ou paternidade	5,57	11,57	10,24	8,95	3,3	1,85	3,73	5
Licença remunerada por motivo de saúde	15,98	31,05	25,6	23,49	10,25	5,04	10,62	16,46
Outro tipo de licença remunerada	1,25	1,73	1,78	1,76	3,86	8,94	9,95	7,74
Afastamento do próprio negócio	6,5	12,09	9,15	7,25	4,38	3,94	6,21	9,36
Fatores ocasionais	2,53	4,41	2,39	2,52	7,95	6,84	3,53	3,56
Outro motivo	4,79	7,28	5,48	5,76	27,21	65,49	58,02	42,22

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Apêndice B

O quadro B.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal e expressas a preços de janeiro de 2009 – período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas

na PNAD Contínua. O quadro 1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.



QUADRO B.1

Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ de jan./2009)	Renda domiciliar (R\$ de maio/2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O quadro B.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho, assim como a queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa.

QUADRO B.2

Proporção de domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º tri./2018	1º tri./2019	4º tri./2019	1º tri./2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)



Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Fábio Servo
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos
Leonardo Mello de Carvalho
Marcelo Nonnenberg
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Augusto Lopes dos Santos Borges
Bruna Naiara de Castro
Caio Rodrigues Gomes Leite
Felipe dos Santos Martins
Felipe Moraes Cornelio
Felipe Simplicio Ferreira
Leonardo Simão Lago Alvite
Marcelo Lima de Moraes
Mateus de Azevedo Araujo
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.